

Jornalismo a partir da lógica decolonial: o caso do *Nós, Mulheres da Periferia*¹

Claudia Lago²
Gean Gonçalves³
Evelyn Kazan⁴

Resumo

Este artigo busca pensar o Jornalismo em sua relação com os Estudos de Gênero e, especialmente, a perspectiva decolonial. A partir da discussão sobre a matriz epistêmica do Jornalismo, calcada em uma racionalidade positivista, aborda movimentos que questionam esta perspectiva, notadamente, de alguns anos para cá, aqueles que se organizam a partir dos Estudos de Gênero. Em seguida, aprofunda esta perspectiva, correlacionando-a aos estudos decoloniais, enfatizando autoras feministas deste campo. Com este arcabouço teórico analisa criticamente textos emblemáticos do site jornalístico *Nós, Mulheres da Periferia*, pensado enquanto uma produção de resistência de agentes subalternos neste contexto.

Palavras-chave: Epistemologia do Jornalismo. Estudos de Gênero. Pensamento Decolonial.

126

Journalism from the decolonial logic: the case of *Nós, Mulheres da Periferia*

Abstract

This article seeks to think about Journalism in its relationship with Gender Studies and, especially, the decolonial perspective. The discussion on the epistemic matrix of Journalism, based on positivist rationality, addresses movements that question this perspective, notably, from a few years ago, those that are organized from Gender Studies. Then, it deepens this perspective, correlating it to decolonial studies, and emphasizing feminist authors in this field. With this theoretical framework, it critically analyzes emblematic texts of the journalistic website *Nós, Mulheres da Periferia*, conceived as a production of resistance by subaltern agents in this context.

Keywords: Epistemology of Journalism. Gender Studies. Decolonial Thinking.

¹ Uma versão anterior desse texto foi apresentada no 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), sediado na Universidade Federal de Goiás, em novembro de 2019.

² Professora e pesquisadora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. É coordenadora do AlterGen – Grupo de Pesquisa Alteridade e Gênero (ECA-USP) E-mail: claudia.lago07@usp.br.

³ Professor de Jornalismo no Centro Universitário FIAM FAAM. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA-USP. É membro do grupo de pesquisa Epistemologia do Diálogo Social e do AlterGen – Grupo de Pesquisa Alteridade e Gênero (ECA-USP). E-mail: gean.goncalves@fmu.br.

⁴ Mestra em Ciências da Comunicação pela ECA/USP e pesquisadora do AlterGen – Grupo de Pesquisa Alteridade e Gênero (ECA-USP) E-mail: evelynmkazan@gmail.com.

Introdução

Nos Estudos do Jornalismo, verifica-se um movimento recente que põe em relevo as marcas de gênero na sua matriz epistêmica, até então não tão evidenciadas. O modo como os jornalistas elaboram notícias, reportagens e leituras dos acontecimentos passou a lidar com diálogos e tensões provenientes de estudos sobre a cultura tecidos por feministas, pessoas negras e LGBTQIA+.

Esse aporte, nomeado como Estudos de Gênero, por meio dos diálogos e tensões propostas por autores/as que por décadas têm desenvolvido potentes diagnósticos sobre a construção social de tudo que é naturalizado como proveniente do humano, aponta de diversas formas as distinções e desigualdades produzidas nestes processos, incluindo aí aqueles referentes aos campos de produção simbólica, lugar do Jornalismo. Um movimento, como enfatizamos, recente, que se soma a esforços de teóricos/as ligados ao campo, que apontam em seus trabalhos para a força da herança positivista nos dogmas, nos pressupostos e nos valores que balizam a prática profissional.

Este novo olhar constrói-se na articulação de questões específicas: como produzir um jornalismo capaz de dar conta da diversidade social, respeitando a alteridade, produzindo representações que não reforcem alijamentos, estereótipos e reducionismos de gênero, raça e classe, para pensar apenas em três dimensões (cruzáveis, interseccionáveis) dos marcadores sociais da diferença?

Coerente com o tamanho e dificuldade desta empreitada, inúmeras respostas e trajetórias (sempre parciais) são indicados. A proposta deste artigo é, partindo da relação com os Estudos de Gênero e, especificamente, com o ramo deste campo que dialoga com os estudos decoloniais, aqueles de rupturas, que expõem a configuração eurocêntrica do mundo, avançar na resposta a esta indagação. Para tanto, tomamos como objeto empírico o site *Nós, Mulheres da Periferia*⁵, produção jornalística elaborada nas periferias da cidade de São Paulo por profissionais que se identificam enquanto mulheres periféricas, com o objetivo de furar a barreira da invisibilidade midiática sobre este heterogêneo grupo.

Iniciamos resgatando a construção da matriz epistêmica do Jornalismo, a partir de autores/as que a ela se dedicam há algum tempo e dos aportes recentes de autores/as que trazem dos Estudos de Gênero elementos para questionar e propor reconstruções

⁵ N. do E. O endereço do site é: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>.

desta matriz. Em seguida, introduzimos a discussão sobre novas epistemologias possíveis, afunilando para os estudos feministas acerca do pensamento decolonial. Com esta discussão, passamos a pensar o objeto empírico, buscando perceber sua construção em diálogo com esta nova episteme proposta — mesmo que não a ela referida de forma explícita.

Jornalismo: matriz epistêmica e questionamentos atuais

A aposta na objetividade, a noção de real, a afirmação dos dados e a precisão dos fatos na construção do relato são há tempos apontados por Medina (2008) como inerentes à matriz epistemológica do Jornalismo e oriundos de princípios positivistas. Estes princípios dão garantias aos operadores da informação jornalística visto que, ao se aproximar do fenômeno imediato, o Jornalismo expressaria uma forma de saber sobre a atualidade, a verdade simples e precisa.

Na esteira destas indagações já há algum tempo outros autores, como Resende (2005, 2009), apontaram para a construção da narrativa no jornalismo a partir da ótica da possibilidade de organização de resistências (Resende, 2005), e da relação com a diversidade (Resende, 2009). Lago (2010) pergunta sobre como o jornalismo poderia narrar o Outro fora de uma perspectiva reducionista, para citar apenas alguns.

De acordo com Adghirni (2006), a pesquisa em comunicação no Brasil, e dentro dessa área, os estudos específicos em jornalismo, recebem profunda influência do pensamento francês. É muito comum encontrar referências francesas em textos científicos e teses e dissertações das universidades brasileiras que tratam sobre os fenômenos jornalísticos, nomes como os de Michel Foucault, Edgar Morin, Pierre Bourdieu, Michel Maffesoli, Dominique Wolton, só para ficar entre alguns. É desse lócus de pensamento que parte o modo dominante do campo para compreensão da produção simbólica: a análise das mensagens jornalísticas, dos processos discursivos e narrativos. Se estas matrizes já permitiam colocar em cena problematizações importantes, atualmente estudiosos/as e pesquisadores/as do campo, no afã de renovar as práticas jornalísticas, se dedicam cada vez mais à complexidade dos acontecimentos, dos protagonistas sociais, das circunstâncias sociais, culturais e históricas e, nessa perspectiva, a produção recente sobre jornalismo e gênero contribui para estremecer a matriz epistêmica do jornalismo, mais radicalmente, ao nosso ver.

Se as relações entre gênero e jornalismo eram relativamente negligenciadas nas reflexões de décadas anteriores, e forte motivo para crítica (Martinez; Lago; Lago, 2018), principalmente, com o gênero tomado como categoria de análise, a pujança desses olhares, e seu caráter subversivo, podem ser contemplados por meio de iniciativas como o dossiê temático Jornalismo e Estudos de Gênero, na *Brazilian Journalism Research* (BJR, 2018, v. 14, n. 1), revista da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo; pela coletânea *Desigualdades, relações de gênero e estudos em jornalismo* (Life Editora, 2018), feita pelo Grupo de Pesquisa em Teorias do Jornalismo da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e pelos infindáveis encontros científicos, chamadas em periódicos, livros e coletâneas especializados e demais iniciativas que tematizam os estudos de gênero no jornalismo e/ou na comunicação.

Neste cenário, as pesquisas em jornalismo convivem cada vez mais com autoras/es que pensam a diferença a partir de aportes que enfatizam a desconstrução, especialmente calcados no pós-estruturalismo, em relação aos Estudos de Gênero. O pressuposto que embasa estas teorizações é o de que populações são marginalizadas, privadas do reconhecimento e da possibilidade de se representar nos domínios políticos e intelectuais, nos campos de produção simbólica. O jornalismo, portanto, tem seus pilares (objetividade, neutralidade, impessoalidade) questionados a partir da constatação de que não dá conta da complexidade social, ao contrário, está a serviço do reforço de premissas excludentes. As teorizações são realizadas por diversos/as agentes, muitos/as deles/as marcados por esta exclusão⁶. Na mesma medida, novos aportes, noções e perguntas, desenvolvem a busca por outros rumos para a prática jornalística. É nesse sentido que a crítica da cultura realizada na relação com os estudos de gênero introduz fundamentais pontuações para as teorias do jornalismo⁷, em vários níveis.

Autoras/es, por exemplo, apontam para o jornalismo como uma construção generificada, a exemplo de Veiga da Silva e Marocco (2018), que afirmam o caráter masculino e masculinizado do jornalismo:

⁶ Não é objetivo deste trabalho fornecer um quadro amplo desta onda que, no entanto, ainda não é hegemônica. Nonato e Lago (2017) oferecem um quadro parcial da pesquisa em jornalismo a partir deste olhar que pode ser consultado.

⁷ Adotamos como parâmetro para este apanhado artigos publicados no dossiê Gênero e Jornalismo da BJR em 2018 (v. 14, n. 1).

Os fundamentos do bom jornalismo, inspirados nos fundamentos do cientificismo, se constituíram, também, de acordo com a normatividade social hierárquica que, numa analogia de gênero, aproxima do poder e do prestígio os atributos convencionados como masculinos (Veiga da Silva; Marocco, 2018, p. 33).

Ao mesmo tempo, autoras/es como Barbosa e Varão (2018, p.14) reforçam o jornalismo como esfera do reconhecimento das populações e do acesso à cidadania, pontuando a necessidade de sua readequação para cumprir esta missão em relação às mulheres: “o jornalismo integra o tripé redistribuição-representação-reconhecimento que precisa ser transformado para garantir acesso paritário das mulheres à cidadania”, enquanto Gonçalves e Medina (2018), pensam em estratégias para que jornalistas consigam narrar o Outro, no caso pessoas LGBTQIA+⁸, propondo uma necessária aproximação de jornalistas com os/as protagonistas das políticas da diferença:

[...] jornalistas carregam interpretações de mundo que podem ser machistas, racistas e discriminadoras com pessoas LGBT da mesma forma que outros sujeitos sociais o fazem, mas jornalistas elaboram narrativas transformadoras com ênfase em experiências singulares ao mesmo tempo em que entrelaçam um diálogo com contextos coletivos (Gonçalves; Medina, 2018, p. 58).

Em outra chave, autores/as como Castilho e Romancini (2018) apontam para a produção de resistências de sujeitos subalternos na mídia, como as estudantes secundaristas durante as ocupações das escolas públicas em São Paulo. Para os autores:

Elas, bem ou mal, figuraram tanto no jornal de referência, como na mídia alternativa como jovens protagonistas, majoritariamente mestiças ou negras e sempre em posições de confronto, o que pode ter sido interpretado pelas participantes como manutenção da imagem de “desordeiras”, mas, o que ficou no imaginário de muitos, como nós, é que elas representaram verdadeiras meninas de luta (Castilho; Romancini, 2018, p. 301).

Todavia, as contribuições epistêmicas dos estudos de gênero às teorias do jornalismo parecem ser atravessadas por uma abordagem contemporânea predominante: a crítica à política identitária a partir do trânsito de uma teoria de gênero, em especial a teoria *queer*, proveniente de contextos do norte para o sul global (particularmente,

⁸ Na sociedade brasileira, a sigla LGBTQIA+ têm sido amplamente adotada para a construção de políticas públicas e direitos no espaço público e midiático para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas transexuais, queer, intersexo e assexuais, inclusive com a implementação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

América Latina e África). A predominância de teorizações provenientes de agentes situados no Norte Global, em que pese seu caráter subversivo em relação ao capitalismo moderno e ao mundo binariamente generificado, coloca em cena a hegemonia geopistemológica deste espaço em relação ao Sul Global, mesmo que venha do Norte a crítica à predominância de uma perspectiva “branca” e de classe nas trincheiras do feminismo e dos estudos de gênero em geral⁹, por meio da perspectiva interseccional.

Puar (2013) assume que a linguagem da interseccionalidade, na condição de marco teórico também do Norte Global, indica um reconhecimento bastante tardio da necessidade de teorizar raça e também funciona como uma forma de a área dos estudos da mulher alcançar o nível desenvolvido nos Estados Unidos. O que, por essa razão, implica em não embolar a categoria “nação” nas categorias interseccionais, pois esta relação acaba por ignorar as intervenções pós-colonialistas e da periferia global que, desde 1990, desestabilizam os estudos de gênero e demais campos das teorias humanas e sociais, ao apontarem para a construção incessante, mesmo dentro das epistemologias desconstrucionistas, de diferenças hierárquicas de saberes entre centro e periferias.

Em outra proposição analítica, a articulação raça e decolonialidade no jornalismo, as autoras Veiga da Silva e Moraes (2021), em debate sobre as condições de noticiabilidade de um território como Ruanda¹⁰, o que vai além da dimensão econômica do país no capitalismo global. Elas apontam que a consciência eurocentrada enraizada no jornalismo, além de condição que circunscreve as bases paradigmáticas e epistemológicas do campo, foi e é a responsável por enquadrar pessoas negras em estereótipos específicos como “violentos, dependentes, bestiais, servis, incivilizados” (Veiga da Silva; Moraes, 2021, p. 101). Em suma, acabam por restringir as condições de noticiar e reportar os sujeitos e os territórios, o que se mantém quando o jornalismo (seus

⁹ A interseccionalidade é uma noção devota da intervenção feminista negra desafiando as ideias hegemônicas de raça, classe e gênero que existiam no âmago das correntes feministas, predominantemente, brancas. Embora, não se escape nessa recuperação de uma tradução de uma crítica situada, da crítica das feministas negras nos Estados Unidos (Kimberle Crenshaw, Audre Lorde, Angela Davis, bell hooks) às feministas brancas de seu país, portanto, que se valem da categoria “mulheres de cor”, que ao ser abordada gera ruídos de tradução e de experiência histórica no Brasil. Além de desembocar no “entendimento implícito de que a interseccionalidade é uma ferramenta para diagnosticar diferença racial. Apesar de décadas de teorização feminista sobre a questão da diferença, esta continua sendo uma “diferença ‘em relação a’”, ou seja, a diferença em relação à “mulher branca”” (PUAR, 2013, p. 350).

¹⁰ Ruanda é um país da África Oriental. A divisão pré-colonial em duas etnias a minoria Tutsi e a maioria Hutu era de rivalidade, mas isso foi intensificado pelos colonizadores belgas e alemães como estratégia para facilitar a dominação do território, o que levou em 1994 a um período de intenso terror: 100 dias de um dos maiores genocídios da história contemporânea, mas que mesmo assim foi um evento com pouco espaço na cobertura da mídia e imprensa ocidentais.

operadores e problematizadores) resiste em pensar a si mesmo como “difusor e reproduzidor de uma lógica racista” (Veiga da Silva; Moraes, 2021, p. 101). Não é sem propósito que o jornalismo adota discursos sobre humanidade e o humano, principalmente em situações de violência, tragédia e luto, como quase sempre sinônimos de branco, homem e detentor de recursos financeiros, como apontam Ijuim e Moraes (2023). O que não permite o indicar afeto a pessoas negras, pobres e moradoras das periferias, já que esses são expropriados da solidariedade humana.

Estas perspectivas colocam outras questões para os estudos sobre o jornalismo: o que se pode fazer para sua matriz epistêmica interagir com as mais recentes contribuições de teóricas e ativistas decoloniais, que se propõem a tecer possibilidades de saber não hierárquicas provenientes do Sul Global? É possível o jornalismo se descentrar do conhecimento colonial, tão forte no saber acadêmico quanto nas práticas de mercado? Existem outros fazeres, práticas, resistências, que dialogam com estas questões? É nesse sentido que olhamos para nosso objeto empírico, iniciando por aprofundar um pouco a discussão acerca destas novas epistemologias colocadas em cena contemporaneamente.

132

Mais de outras epistemologias

Contrapondo-se a um pensamento eurocêntrico, que localiza a possibilidade da racionalidade a partir da Europa (e, posteriormente, Estados Unidos, mas já sob esta base cristalizada), teóricos/as de vários lugares geográficos e proposições distintas, filiam-se ou são filiados/as a um novo eixo de produção de racionalidade, o eixo do Sul Global.

Estes/as teóricos/as pesquisadores/as, como identifica Ballestrin (2013), estão ligados/as ao que se denominou em termos de produção teórica de pós-colonialismo, contribuições especialmente produzidas em universidades americanas e inglesas, a partir dos anos de 1980, que se contrapunham à perspectiva hegemônica da modernidade racional. Movimento teórico possível e relacionado ao processo de descolonização dos países periféricos a partir especialmente da metade do século XX — especialmente estados asiáticos e africanos, posto que a América Latina passou pelo processo de descolonização (jurídico/político) no século XIX.

A adoção da perspectiva pós-colonial do ponto de vista teórico implica a ampliação do enquadramento das opressões a que são submetidos os povos, colocando em cena

não apenas a opressão econômica (com a expropriação das riquezas), mas também aquelas relacionadas a uma estrutura que combina opressões raciais e de gênero¹¹ e ancora-se na percepção de uma “relação antagônica por excelência, ou seja, a do colonizado e a do colonizador” (Ballestrin, 2013. p. 91). O movimento foi reforçado com a criação na década de 1970 do grupo sul asiático de Estudos Subalternos, com autores/as como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Spivak, sob a liderança de Ranajit Guha, que sedimentou as bases para questionar a produção do conhecimento nas ciências sociais atreladas a um universo eurocêntrico. O ensaio de Spivak (2010), *Pode o Subalterno Falar?* (lançado em 1985), é exemplar neste sentido, ao questionar a prática discursiva do intelectual pós-colonial, como Deleuze e Foucault, apesar da filiação da autora ao universo desconstrucionista.

Na década de 1990, mais precisamente em 1992, intelectuais latino-americanos radicados especialmente nos Estados Unidos fundam o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, inserindo a América Latina em um debate que até o momento centrava-se na experiência colonial asiática, ligada à relação com o império britânico, objeto de críticas já iniciais do Grupo.

Soma-se a esta crítica, a de que era necessária uma ruptura com autores eurocêntricos e a necessidade de pensar a América Latina em sua especificidade da experiência colonial — a primeira a sofrer esta violência, que se refez na relação com o imperialismo americano (Ballestrin, 2013). À desagregação do grupo sobreveio aquele que será conhecido como a produção original latino-americana dentro da esfera pós-colonial (termo criticado por estes teóricos), o Grupo Modernidade/Colonialidade, reunindo diversos/as autores/as, de onde se destacam Walter D Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Nelson Mandonado-Torres e Ramón Grosfoguel¹².

As construções teóricas do Grupo são profícuas e provocativas, como o de Colonialidade do Poder, formulado por Anibal Quijano e apreendido por vários outros/as pesquisadores/as. O conceito fala sobre, conforme Grosfoguel, uma matriz de poder que “afeta todas as dimensões da existência social” (Grosfoguel, 2010, p. 464). O autor amplia:

¹¹ Ballestrin (2013) lembra que, apesar de associado e produto de estudos pós-estruturais, pós-modernos e desconstrutivistas, o pós-colonialismo é devoto de autores precursores, como Franz Fanon, Aimé Césaire e Albert Memmi, seguidos por Edward Said.

¹² Não é objeto deste texto uma análise específica do Grupo da M/C, mas sim elencar alguns dos conceitos que nos parecem operativos para pensar o objeto empírico selecionado. Para mais referências do histórico e perspectivas do Grupo ver Ballestrin, 2013.

Indo um passo além de Quijano, conceptualizo a colonialidade do poder como um enredamento ou, para usar o conceito das feministas norte-americanas, de Terceiro Mundo, como uma interseccionalidade (Crenshaw, 1989, Fregoso, 2003), de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais (heterarquias), de formas de dominação e exploração sexual, política, epistémica, económica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial do fosso cavado entre o europeu e o não-europeu reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder (Grosfoguel, 2010, p. 464).

Em seguida, Grosfoguel aponta elemento central da perspectiva da colonialidade do poder, qual seja, a de que “a ideia de raça e racismo se torna o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo”, organizando a população mundial segundo “uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores” (Grosfoguel, 2010, p. 465), ordem que estrutura não apenas a divisão de trabalho, mas também um sistema global patriarcalista, que o autor passa a denominar “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu, pois:

O Patriarcado europeu e as noções europeias de sexualidade, epistemologia e espiritualidade foram exportadas para o resto do mundo através da expansão colonial, transformadas assim nos critérios hegemónicos que iriam racializar, classificar e patologizar a restante população mundial de acordo com uma hierarquia de raças superiores e inferiores (Grosfoguel, 2010 p. 466).

Dentre as diversas implicações da conceituação está a de que “colonialidade e modernidade constituem duas faces de uma mesma moeda” (Grosfoguel, 2010, p. 466) e “permite nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação (2010, p. 467), em que as “zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial” (2010, p.468).

A colonialidade do mundo persiste, pois é o que constitui a modernidade, estabelecendo hierarquias não apenas no eixo raça/etnia, se bem que este eixo foi estabelecido como essencialidade dentro do sistema, ou trabalho (articulado a raça), mas também de gênero, sexuais, epistemológicas, religiosas, a partir do estabelecimento da “diferença colonial”, segundo Mignolo (2013, s/p):

Na “/” [barra] que une e separa modernidade e colonialidade, cria-se e estabelece-se a diferença colonial. Não a diferença cultural, mas a transformação da diferença cultural em valores e hierarquias: raciais e patriarcais, por um lado, e geopolíticas, pelo outro¹³ (Mignolo, 2013).

¹³ Entrevista de Mignolo ao portal IHU online. Disponível em <https://bit.ly/477TrkG>. Acesso em 27 jul. 2019.

Os conceitos são ímpares para pensar a persistência, em pleno século XXI, de estruturas hierárquicas de poder em países periféricos, como o Brasil, que subalternizam populações pelo critério racial.

A perspectiva descolonial¹⁴ entrecruza-se com o pensamento feminista. Segundo Ballestrin, apesar de trajetórias distintas e transdisciplinares, “a crítica feminista e a pós-colonial compartilham de características e preocupações constitutivas dos movimentos históricos que as estruturam” (Ballestrin, 2017, p.1037). Autoras como Lugones (2014), dialogando diretamente com a perspectiva decolonial, apontam para a centralidade do gênero na matriz de poder da colonialidade, especialmente por introduzir dicotomias e hierarquias que acredita não existissem antes nas colônias invadidas. Lugones enfatiza que “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade” (Lugones, 2014, p. 935). E argumenta ainda que “conhecimentos, relações e valores, práticas ecológicas, econômicas e espirituais são logicamente constituídos em oposição a uma lógica dicotômica, hierárquica, “categorial”¹⁵ (Lugones, 2014, p. 936).

A perspectiva feminista em diálogo com a discussão da epistemologia decolonial aponta especialmente para possibilidades e permanência das resistências de mulheres de cor¹⁶ dentro do sistema.

Dentro do sistema regido pela colonialidade, aparecem fissuras, produzidas por corpos subalternos em sua multiplicidade e heterogeneidade, a partir de seus lugares situados (Haraway, 1995), com ou sem a compreensão destes lugares, com ou sem uma vinculação a uma perspectiva radical como a teorizada pelos/as pensadores da decolonialidade. Mas uma frequência, uma “mentalidade descolonial, que se não conduz para uma transformação das relações sociais mais amplas, minimamente contribui para a transformação da percepção do mundo” (Bernardino-Costa, 2007, p. 314) das/os

¹⁴ O termo preferido por autores do Grupo Modernidade/Colonialidade é decolonial, em vez de descolonial, para indicar a necessidade de uma des-colonização epistêmica e não apenas das estruturas de poder políticas e econômicas, que já aconteceram nas antigas colônias e não significaram o término das relações de opressão instaladas pelo colonialismo. Usaremos os termos como sinônimo.

¹⁵ Há um debate importante sobre a ausência ou não de estruturas hierárquicas de gênero antes da chegada do colonizador, com extremos defendendo esta ausência, caso de Lugones, e o outro a existência destas estruturas previamente. Apesar de importante não é possível no escopo deste trabalho situar este debate, mas nos parece interessante seguir a proposta de Segato (2012), que pensa em termos da existência prévia de um “patriarcalismo de baixa intensidade”, em que a dualidade não era pensada em termos de binariedade (e, portanto, exclusão de um dos polos), mas de uma complementariedade de mundos resguardados em suas distinções.

¹⁶ Aqui nos remetemos à perspectiva de Anzaldúa (2000) ao pensar as mulheres dos espaços subalternos, sejam elas índias, chicanas, negras, asiáticas.

envolvidos/as. Pensando com o autor que nem todo conhecimento produzido de baixo é epistemologicamente subalterno:

O ponto não é que a narrativa das trabalhadoras domésticas [seus sujeitos de pesquisa, apontamento nosso] seja melhor porque é uma narrativa subalterna, senão que tem a potencialidade de ser radicalmente crítica e de ser mais propensa a transformações (Bernardino-Costa, 2007, p. 314).

Acreditamos poder nos apropriar da perspectiva aberta por Bernardino-Costa para pensar o movimento produzido no/pelo *Nós, Mulheres da Periferia*, utilizando especialmente o conceito de escrita de mulheres (Anzaldúa, 2000; 2005).

O caso do Nós, Mulheres da Periferia

O coletivo “Nós, mulheres da periferia” é formado por mulheres comunicadoras que nasceram, cresceram e ainda moram nas periferias, Norte, Sul e Leste de São Paulo. Estas mulheres, em 2012, publicam no Blog Mural (hoje Agência Mural de Jornalismo das Periferias), o texto *Nós, Mulheres da Periferia*, em que apontam para a invisibilidade, para a complexidade do que é ser mulher na periferia, que envolve a não garantia dos direitos, além dos atravessamentos de gênero, raça e classe, principalmente. O artigo repercutiu e foi publicado em 7 de março na seção Tendências e Debates¹⁷ da *Folha de S. Paulo*.

Em 2014, nove mulheres assumem o coletivo e lançam, em 8 de março, sua página do Facebook e, em 28 de maio do mesmo ano, o site jornalístico¹⁸. Atualmente, o coletivo é formado por seis comunicadoras que, por meio de seu site e de suas redes sociais, propõem-se discutir diferentes conteúdos e experiências a partir do olhar das vivências de mulheres das periferias. A linguagem é acessível e o fio condutor é pensar as mulheres periféricas a partir da intersecção gênero, raça, classe e território. Tanto no site quanto nas redes sociais, veiculam artigos embasados em depoimentos de moradoras da periferia e em suas vivências, como também artigos que relatam e divulgam eventos na periferia, a partir de olhares contextualizados. Além disso abrem espaços de escuta e visibilidade, permitindo que outras mulheres publiquem suas histórias.

¹⁷ Artigo intitulado “Nós, Mulheres da Periferia”. Disponível em: <https://bit.ly/47aSZSL>. Acesso em 27 jul. 2019.

¹⁸ <https://nosmulheresdapereferia.com.br/>

Somos mulheres que criaram um site para escrever textos e registrar histórias que não encontravam em lugar nenhum. Em um país em que as mulheres estão à margem da liderança dos meios de comunicação, o Nós mulheres da periferia é uma empresa jornalística fundada e autogestionada por mulheres negras e periféricas¹⁹.

A experiência do *Nós, mulheres da periferia* está a chamar atenção de estudiosos/as do campo, já é compreendida como fruto da transformação do jornalismo no século XXI, como iniciativa jornalística alternativa às experiências dos conglomerados de mídia, que está entre a busca ideológica pelo jornalismo na própria periferia e a construção de uma oportunidade de trabalho para jovens profissionais de baixa renda (Nonato, 2018). É interpretada ainda como ação de mulheres jornalistas que expressam uma voz ausente das páginas dos tradicionais jornais e revistas, narrativas constituídas pelo gênero, pela cor de pele e pela geografia em que as autoras são parte das histórias contadas (Martini, 2017).

Ao olhar para o *Nós, Mulheres da Periferia*, nos interessa perceber como a escrita pode ser uma estratégia de resistência dessas mulheres frente ao sistema de informações jornalísticas que posicionam e enquadram as mulheres das periferias sob certas lógicas de subalternidade, *uma estratégia plena de consciência mestiça*, uma consciência polivalente das diferenças que posicionam essas jornalistas às margens do cânone, portanto, que também as possibilita unir (e perturbar) ao jornalismo outras experiências e práticas narrativas.

Exercitamos, neste estudo, uma leitura crítica²⁰ a partir de três textos referenciais do site: *Manifesto, Nós somos pretas: 13 de maio e a condição das mulheres negras no Brasil* e *Respeite meu parto: A assistência humanizada precisa chegar na periferia*²¹. A escolha desses textos também se dá pela recorrência dessas publicações por parte das autoras e pela estilística empregada, visto que são representativos do modo como o

¹⁹ <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/quem-somos/>.

²⁰ Opta-se, neste trabalho, por uma análise do texto jornalístico. Contudo, as/os autores/as entendem que, muitas vezes, a obsessão por definir ou caracterizar uma metodologia atende muito mais a uma lógica positivista da Ciência, caudatária do apagamento de outras formas de se conhecer a realidade, do que o desvelar de um fenômeno. Não seria, portanto, interessante traçar a sutileza da operação compreensiva do objeto de estudo — a escrita de jornalistas periféricas sobre o cotidiano de pessoas da periferia como uma atitude feminista decolonial — com um método convencional, incapaz de captar as nuances desse tema de pesquisa. Dessa forma, entendemos a metodologia empregada aqui como leitura crítica, como faz Antonio Candido e Cremilda Medina, e menos uma categorização, como a análise de conteúdo, por exemplo.

²¹ Disponível, respectivamente, em: (1) <https://bit.ly/486T6Qs>; (2) <https://bit.ly/3RS2OjS> e (3) <https://bit.ly/41Nt7vb>. Acesso em 27 jul. 2019.

coletivo escreve. Não há classificação possível para os relatos publicados, são interpretativos, ora opinativos, ora informativos da realidade que as circunda.

No começo dos anos 1980, Gloria Anzaldúa (2000) defende a posição de que as mulheres de cor²² deveriam buscar uma escrita própria, modos para se expressar e não ser mais meros objetos de estudo, de curiosidade. Se os olhos do centro e do poder não as querem conhecer, as mulheres da periferia se valem do cotidiano para se apresentar em plena pluralidade de identidades e perspectivas de vida.

No texto *Manifesto*, extraordinário exemplo da forma como a complexidade social é construída pelo coletivo ao explicar quem são estas mulheres, percebe-se a marcação da linguagem pelo gênero, pela classe, pela raça/etnia, quando as autoras indicam o universo que compõem o ser mulher na periferia: “pobres, pretas, brancas, periféricas. Migrante, nordestina, baianinha, quilombola, indígena”. Há sinais do cotidiano, das batalhas do lar, da rua e do trabalho, como no trecho: “Somos a irmã que cuida dos irmãos mais novos até a mãe voltar do serviço. E que lava a louça do almoço enquanto o irmão vai jogar bola”. As autoras do coletivo se desdobram em múltiplas mulheres que exercem profissões variadas, possuem idades diversificadas e cujos gostos e interesses não são moldados exclusivamente pelo território da periferia.

Fala-se das mães, das avós, das filhas, das esposas, das mulheres solteiras, das responsabilidades, das transgressões, das dificuldades de se acessar os serviços públicos do Estado. Também se abrem brechas para abordar as violências de gênero, das ofensas aos assédios: “Somos aquela que, quando o cara pede, faz tudo o que ele quer — “Piriguete, piranha, vaca, vadia, vagabunda, puta”. Registra-se ainda as lutas e os conflitos com as opressões: “Somos quem trabalha em mutirão carregando bloco e fazendo marmita. Somos quem denuncia que a vizinha apanha do marido”.

Em *Nós somos pretas: 13 de maio e a condição das mulheres negras no Brasil*³, texto publicado em 13 de maio de 2018 na aba Notícias do site, assinado por Semayat S. Oliveira, a discussão é a negritude das mulheres periféricas. O texto baseia-se em dados estatísticos para apontar os indicadores que juntos montam o quadro da exclusão e da opressão das mulheres negras e, ao mesmo tempo, apresenta enunciados que apontam

²² Ao evocar as mulheres de cor, Anzaldúa se refere à experiência das mestiças. Pela cor, a autora não fala apenas em termos de mulheres negras como comumente se expressa em textos feministas nos Estados Unidos e no Brasil, mas em todas as mulheres subalternizadas por não serem brancas.

²³ Este texto é seguidamente republicado no site, pois foi escrito em 2014. E ganha nomes diversos. Na página em que está além do título já indicado, aparece: “Nós, Mulheres da Periferia, somos majoritariamente pretas” e “A mulher negra na periferia da classe, igualdade e do direito”.

para a intimidade e o lugar daquela que escreve, representando as mulheres negras periféricas, mixando uma escrita apoiada em dados com a da subjetividade da autora.

Dados sobre o número de mulheres negras questionam: “desse *mundaréu de números* fica a imaginação e a vontade de contabilizar *as morenas claras, morenas escuras e moreninhas* [grifos nossos], que ainda firmam o pé no processo de identidade racial”. A pobreza e a exclusão que atingem as mulheres negras são pontuadas por todo o texto, sempre com base nos índices estatísticos, para concluir “em termos de igualdade de gênero *estamos duas casas atrás no jogo da vida* [grifo nosso]”.

Os dados são apresentados para compor um retrato de exclusão tríplice, que entrelaça gênero, raça e classe, mas também para apresentar um cotidiano de resistências, seja apresentando o feminismo negro, seja citando mulheres que lutam, relembrando violências que se tornaram midiáticas, vividas por mulheres (e homens) na periferia.

Apesar de remeter-se a indicadores, que contribuem no jornalismo para garantir uma ancoragem do “real” narrado, o texto é permeado por um lugar de enunciação da mulher negra, que fala de si e de outras, com uma linguagem que se afasta dos cânones jornalísticos, como indicam nossos grifos. Repete-se neste texto a perspectiva estabelecida anteriormente no *Manifesto*:

Somos as netas da lavadeira, a filha da doméstica e a menina que aprende muito cedo a se virar sozinha, não contar com o pai ou seguir sem companheiros. Somos as mulheres que descendem de uma luta ancestral por liberdade, travada na África, senzalas, casarões, matas e quilombos. Somos quem aumenta a presença preta nas universidades e cerra os pulsos por espaço para o estudo e reflexão social e racial nesses ambientes.

No texto *Respeite meu parto: a assistência humanizada precisa chegar na periferia*, Mayara Penina também recorre aos dados estatísticos para identificar o aumento crescente das cesarianas e o debate público entre as mulheres sobre melhores práticas de assistência ao parto. A notícia se vale de tradicionais recursos jornalísticos como diagnósticos estatísticos e considerações de fontes especializadas, mas desloca a discussão rotineira da humanização do parto (que envolve prioritariamente mulheres brancas e de camadas abastadas) para a situação das mulheres periféricas. A fala do especialista é usada para comprovar o *gap* entre a violência obstétrica narrada nos jornais e a vivida por mulheres periféricas: “quanto mais jovem, mais escura e mais pobre, maior

a violência no parto”. A violência é contada a partir das falas dessas mulheres, que escutam rotineiramente: “Na hora de fazer, você não reclamou, agora aguenta” que, segundo o texto, “evidencia que o problema também é uma questão de gênero. Como se a gestante tivesse que se conformar com a sua dor. O racismo também vem à tona: são muitos os relatos de mães negras que recebem atendimento grosseiro e negligente devido a sua cor.

A jornalista dialoga com as leitoras e estimula a percepção de um lugar de violência específica, “Pergunte para suas vizinhas, suas amigas, quantas delas tiverem experiências libertadoras ao parir? Quantas delas têm boas lembranças? Quantos delas falam bem dos hospitais, dos profissionais?”, ao mesmo tempo em que provoca: “somos educadas para sermos mães, cuidarmos dos filhos e da família e nosso direito ao corpo não nos é assegurado”. É interessante ainda notar como temáticas lidas por um feminismo hegemônico como opressão da mulher são reaproximados dessas mulheres por uma outra frequência de luta: a maternidade, o cuidado e a família.

Os textos apresentados encaixam-se no que Anzaldúa (2000) descreve como espírito de revolta. O ato de escrever das mestiças (das periféricas) é uma estratégia de sobrevivência. É a criação de um eu, de autoconhecimento, sobre quem as mulheres foram levadas a reconhecer como “outro”. Nesse sentido, Anzaldúa enuncia:

Não começamos a escrever para reconciliar este outro dentro de nós? Nós sabíamos que éramos diferentes, separadas, exiladas do que é considerado “normal”, o branco-correto. E à medida que internalizamos este exílio, percebemos a estrangeira dentro de nós e, muito frequentemente, como resultado, nos separamos de nós mesmas e entre nós. Desde então estamos buscando aquele eu, aquele “outro” e umas às outras (2000, p. 232).

Na escrita, seja ela individual ou jornalística, as mulheres da periferia tramam contra o registro feito sobre elas, dissipam a sensação de falta de poder, mas também revelam medos e a opressão tripla ou quádrupla as quais são submetidas. Fazem desse ato um modo de sentir o caminho, a trajetória das antepassadas, evocam realidades pessoais e sociais. Anzaldúa (2000) concebe essa fala como o discurso de quem não é ouvido, como geralmente ocorre com os loucos e com quem foi proibido/censurado. Desse modo, escrever expressa o anseio de falar, de elaborar o caos da vida, de exercer uma autoria, de quem sabe vocalizar sua existência, não ser mais um ruído urbano.

Considerações finais

Como avaliação derradeira, compreendemos que os textos publicados pelo *Nós, mulheres da periferia* podem ser pensados a partir de uma perspectiva decolonial, mesmo que a ela não se vinculem. Ao reivindicarem seguidamente o lugar no discurso para a subalternidade das mulheres periféricas, e ao construírem este lugar a partir de suas experiências, vidas e anseios, em uma teia de complexidade que se contrapõe ao reducionismo que as enquadra nos demais sistemas simbólicos, subvertendo as lógicas de produção jornalísticas nos textos autorais e subjetivados, o *Nós, Mulheres da Periferia* se conecta a um polo de resistência, tornando-se mais um dos milhares de nós desta cadeia secular, urdida ininterruptamente, mesmo que invisibilizada, por todos/as que, desde sempre, exercem suas vidas contra o lugar de subalternidade imposto.

Como vimos, o feminismo decolonial é uma proposta que visa articular uma agenda social e feminista focada nas vozes e nas experiências das mulheres situadas ao Sul das sociedades do planeta, naquelas que sofreram intrusões coloniais. Ao propor um encontro entre o pensamento de Gloria Anzaldúa e a prática jornalística do *Nós, mulheres da periferia*, podemos perceber como dentro dos meios jornalísticos, sujeitos que não eram autorizados e autorizadas a comunicar com a sociedade, a serem ouvidos e ouvidas, passam a disputar os ambientes midiáticos de modo a tornar mais audíveis vozes que passam por subalternização colonial, racial e econômica diariamente. As jornalistas que escrevem sobre o cotidiano das periferias, que contribuem para se conhecer os desafios e soluções que as mulheres das periferias encontram para si e para seu entorno, tornam-se assim “companheiras de escritura”, como chamava Gloria Anzaldúa aquelas que ousavam escrever de modo a transformar suas identidades tão marcadas pelos preconceitos culturais introjetados, rompendo parte da lógica da colonialidade do poder.

Referências

- ADGHIRNI, Z. L. O lugar do jornalismo na comunicação. *Libero*, ano IX, n. 17, jun. 2006.
- AGUIAR, L.; SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. (org). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo**. São Paulo: Life Editora, 2018.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do

ANZALDÚA, G. La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 320, set.-dez. 2005.

BALLESTRIN, L. América latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, mai. – ago. 2013, pp. 89-117.

BALLESTRIN, L. Feminismos Subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017

BARBOSA, K. G.; VARÃO, R. Erro, dúvida e jornalismo generificado: um olhar sobre a cobertura de estupro a partir da reportagem "A rape on campus". **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abr. 2018.

BERNARDINO-COSTA, J. Colonialidade do Poder e Subalternidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Brasileira do Caribe**, Goiânia, v. 7, n. 14, p. 311-345, 2007.

BJR. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo/SBPJor. **Brazilian Journalism Research**. Jornalismo e Estudos de Gênero, v. 14, n. 1, abr. 2018.

CASTILHO, F.; ROMANCINI, R. Minas de luta na mídia: enquadramentos e percepções das ocupações escolares em São Paulo. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abr. 2018.

GONÇALVES, G.; MEDINA, C. Signo da relação e os desafios das narrativas jornalísticas sobre as LGBT. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abr. 2018.

GROSGUÉL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Cortez, 2010. pp 455-491.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5) 1995: pp. 07-41.

LAGO, C. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**. Brasília, SBPJor. v. 6, n. 1, jun. 2010.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, set.-dez. 2014

MARTINEZ, M.; LAGO, C.; LAGO, M. C. S. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. **Famecos**: mídia, cultura e tecnologia. Porto Alegre, v. 23, n. 2, 2016.

MARTINI, M. R. Narrativas periféricas: protagonismo feminino promovido pelo trabalho de mulheres jornalistas. **Anais do 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo, ECA-USP, nov. 2017.

MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MORAES, F.; IJUIM, J. K. Repensar a "humanidade": limites de um conceito na imprensa e apontamentos para superar a desumanização. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 22, n. 42, 2023.

NONATO, C.; LAGO, C. A pesquisa em pós-graduação no jornalismo a partir da base de dados dos congressos SBPJor (2014 a 2016). **Estudos de Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, PosJor-UFSC, v. 14, n. 2, 2017.

NONATO, C. O perfil do jornalista das periferias de São Paulo: resultados iniciais. **Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Joinville-SC, Univille, set. 2018.

PUAR, J. "Prefiro ser um cyborgue a ser uma deusa": interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. **Meritum**, v. 8, n. 2, 2013.

RESENDE, F. Journalism Discourse and the narrative of resistance. **Brazilian Journalism Research**. Brasília, SBPJor. v. 1, n.1, jun. 2005.

RESENDE, F. Representação das Diferenças no Discurso Jornalístico. **Brazilian Journalism Research**. Brasília, SBPJor. v. 5, n. 1, jun. 2009.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES** [Online], 18, 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG, 2010.

terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Ano 8, 1 sem., 2000.

VEIGA DA SILVA, M.; MAROCCO, B. O feminino no "livro de repórter": uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 1, abr. 2018.

VEIGA DA SILVA, M.; MORAES, F. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. In: MENDES, F. M. M.; QUEIRÓS, F. A. T.; SILVA, W. C. **Pesquisa em comunicação**: jornalismo, raça e gênero. Rio Branco: Nepan, 2021. pp 94-109.

Submissão: 19 de mai. 2023

Aceite: 25 de set. 2023.